

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

TEMA:

**ARQUIVOS MUNICIPAIS: *IDENTIDADE LOCAL
NA EUROPA DAS REGIÕES***

NACIONALIDADE * VIANIDADE * EUROPA

LOCAIS:

GUIMARÃES E VIANA DO CASTELO

DATA:

24, 25 e 26 de Junho de 1993

ORGANIZAÇÃO:

BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Guimarães
Arquivo Municipal de Viana do Castelo

**ARQUIVO MUNICIPAL DE
VIANA DO CASTELO:
PROPOSTA DE SOLUÇÃO GLOBAL.**

António Maranhão Peixoto

Ninguém discute a necessidade, no seio de cada administração pública, de uma função financeira e de contabilidade, de uma função de administração de pessoal, de uma função de gestão dos materiais e dos aprovisionamentos, de diversas funções técnicas respondendo às missões dessa administração (...). A função arquivos é uma realidade que, sem dúvida, não tem sido, até ao momento, suficientemente valorizada, ainda que responda a uma necessidade evidente. Os arquivos são a memória e a experiência da Administração. É necessário conservar o testemunho dos direitos e compromissos da Administração, dos estudos feitos e das decisões tomadas (...). Sob este ângulo, os arquivos constituem um factor indispensável de continuidade de acção e de preservação dos direitos do Estado. São a condição de uma gestão eficaz¹.

D. João I *querendo manter, e governar em boa ordenança*, tendo em vista o *bem do nosso povo*² determina que *todos os escrivães das câmaras copiassem num livro de pergaminho, bem encaderando e coberto, todas as escrituras pertencentes aos concelhos, quer as existentes, quer as que viessem a fazer-se no futuro, tanto de rendas como de direitos e privilégios, sentenças, mercês, etc., com as respectivas datas e nomes dos outorgantes*³.

Nas Ordenações Manuelinas encontramos prescrito *que mandarão os vereadores fazer os cofres necessários para as eleições e as arcas e armários para as escrituras e outras coisas que nelas hão-de ser bem guardadas*⁴... e *farão guardar numa arca grande e boa todos os forais, tombos, privilégios e quaisquer outras escrituras, que pertencem ao concelho. A qual arca terá duas fechaduras, das quais terá uma chave o escrivão da câmara e outra um dos vereadores*⁵. Mas não ficam por aqui estas Ordenações. Vão mais longe e determinam *que nunca se tirará escritura alguma da dita arca, salvo quando fôr necessária para se ver, ou trasladar, então somente a tirarão na casa da câmara onde a dita arca estiver, e acabado aquilo para que foi necessária, deve ser colocada logo na dita arca, e isto sob a pena do escrivão da câmara perder o ofício e o vereador que tiver a outra chave ficar sujeito à justiça régia*⁶.

Continuando esta prática vemos as Ordenações Filipinas⁷ reiterar o texto destas Ordenações. Verificamos a constante preocupação em

guarda, e guardar bem , toda a documentação inerente à vida municipal.

Poderemos afirmar, pois, que nas Ordenações Afonsinas⁸ temos registada a origem dos nossos arquivos municipais.

Conhecemos a preocupação que certos concelhos medievais tinham na preservação dos originais e/ou das públicas formas dos seus documentos, e até em obter certidões da versão existente no arquivo régio no caso de extravio ou desaparecimento acidental da documentação imprescindível à vida local.

Viana é um dos municípios onde esta preocupação em conservar a documentação relativa à sua existência como comunidade se manifesta desde muito cedo. O pergaminho mais antigo data de 1262⁹ e no seu valiosíssimo espólio encontramos dois documentos assinados por Fernão Lopes¹⁰. Lembramos que deste patriarca dos nossos historiadores¹¹, guardador das escrituras do tombo e chaves delas¹², se conhecem apenas vinte certidões por ele passadas¹³.

Em 1572 a Câmara de Viana mandou fazer o livro das Armas e outros papéis¹⁴. No ano de 1587 foi a vez de encadernar o livro dos Baptismos¹⁵. Mais tarde em 1606 Filipe II obrigou o Município a possuir livro para a transcrição das cartas e alvarás régios¹⁶. Em 1617, Belchior da Rocha foi encarregado de organizar o livro das Sisas¹⁷. O papel utilizado pela Câmara provinha da França e Samora¹⁸.

Sabemos também que alguma documentação se perdeu irremediavelmente devido à irresponsabilidade ou à ignorância dos funcionários ou à incúria de outros responsáveis. Os inventários realizados permitem-nos atestar tal realidade e conhecer o crescimento documental deste Arquivo Municipal.

Nos inícios do séc. XVIII¹⁹, por ordem do corregedor da comarca, o escrivão da Câmara, Henrique de Matos e José Casimiro da Silva, tabelião, elaboraram o "Inventário da Fábrica da Câmara, do Cartório e dos ferros da cadeia", onde referenciam mais de três centenas de livros e outros papéis.

Em 1820, o Juíz de Fora, Doutor Caetano José de Sequeira Tedim ordena novo registo ou Colecção Metódica dos Documentos existentes no Cartório Municipal, efectuado por Francisco Martins da Silva Araújo Cerveira²⁰.

Júlio de Lemos, à guarda de quem esteve o Arquivo desde 9 de Janeiro

de 1911 a 28 de Dezembro de 1938, ordenou e catalogou cerca de 2360 livros. Agrupou-os em secções e colocou-os, dentro destas, em geral, segundo sequência cronológica, o que facilitava a pesquisa dos estudiosos e o controlo por parte dos funcionários²¹.

Este secretário da Câmara Municipal de Viana do Castelo estava consciente dos verdadeiros valores do nosso património cultural e sabendo que o arquivo vianês *é um dos mais importantes do país*, durante doze anos lançou mãos à sua organização e catalogação, deixando-nos um precioso volume manuscrito de duas centenas de folhas, concluído em 28 de Julho de 1926, em cujo termo de abertura se lê: *Há-de servir este livro para o inventário do arquivo municipal*.

O estado em que Júlio de Lemos encontrou o Arquivo mereceu o seguinte comentário de José Caldas em 27 de Julho de 1915: *Se neste último meio século a Câmara de Viana se houvesse preocupado, pouco que fosse, com o seu arquivo, já este riquíssimo tesouro da vida local não teria chegado à miséria a que sucessivas edilidades, de cariz única e exclusivamente político, o reduziram*²².

*Poucos anos após este ensaio de coordenação*²³ levado a cabo por Júlio de Lemos, *com o seu espírito ordenado e metódico*²⁴ ao ser transferida, para novo edifício, a Biblioteca que lhe estava anexa, no edifício do Largo de S. Domingos, que então não servia apenas de Museu, alguns dos seus livros, talvez porque, sendo as capas idênticas às dos outros, e não havendo preocupação de controlar as obras transferidas, e muito menos verificar o seu conteúdo, foram misturados com os demais, resultando daí séries incompletas, uma parte no Museu e outra na Biblioteca, sem que, antes de 1980, alguém desse pelo facto²⁵.

O Conselho Académico da Academia Portuguesa da História nomeia o Doutor António Brásio para fazer o Roteiro ou Inventário do Arquivo Municipal de Viana do Castelo, desempenhando esta tarefa nos fins de Abril e começos de Maio de 1976²⁶.

Aí encontrou um inventário feito anos antes pelos Drs Alberto Antunes de Abreu e Manuel Eugénio Amorim Carteador, com o intento de prepararem os trabalhos conclusivos dos seus cursos de licenciatura em História.

Este inventário breve foi publicado sem qualquer alteração ou acréscimo²⁷. Se por um lado, ficou a testemunhar a desordem em que o Arquivo se encontrava, por outro teve o mérito de ajudar diversos investigadores a

encontrar os materiais de que necessitavam para os seus estudos²⁸.

De 1980 a 1982 é confiada ao Dr. António Matos Reis a tarefa de orientar o Museu Municipal, ficando a seu cargo o Arquivo Municipal. Consciente dos problemas que afectavam os investigadores organiza o Arquivo, recolocando os livros pela ordem em que tinham sido deixados por Júlio de Lemos, elaborando um roteiro sumário que facilitasse a sua busca e localização.

Neste roteiro ao dispôr do público é registada a cota do livro, incluindo o número de ordem, o título e o ano a que diz respeito.

Mais recentemente é iniciada a publicação do inventário²⁹, também sumário, que além desses dados, contém ainda a indicação do número de páginas e, muitas vezes, uma pequena observação, na maioria dos casos relativa ao estado de conservação, a qual, por regra corresponde a uma simplificação das anotações feitas pelo antigo secretário da Câmara Municipal de Viana do Castelo³⁰.

No início de Julho 1989, o Arquivo é transferido para o edifício da Biblioteca Municipal, devido às obras a efectuar nas instalações do Museu Municipal, sito no Largo S. Domingos.

Foram transferidos mais de 67 mil documentos, a maior parte em livros, mas muitos papéis avulsos. Não englobamos nesta contagem o fundo arquivo Luís de Figueiredo da Guerra. Mas contabilizamos os 54 pergaminhos que aquele notável e insigne historiador vianês inventariou já em finais do século passado³¹. Este fundo especial compreende pergaminhos desde o séc. XIII ao séc. XVII.

Em 20 de Janeiro de 1990, quando das Comemorações dos 142 anos de elevação de Viana a Cidade, O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Branco Morais, anuncia publicamente a criação do Arquivo Municipal, entendido como *uma nova unidade cultural*.

De Junho daquele ano até meados de Outubro do ano transacto a direcção do Arquivo é assegurada pelo Dr. Rui Alberto Faria Viana. Sob a sua orientação é feito um levantamento exaustivo da documentação depositada no edifício da actual Biblioteca Municipal. Em Junho de 1992 é realizada uma incorporação de emergência de toda a documentação do arquivo intermédio acondicionada precariamente no antigo edifício, entretanto devoluto, da Biblioteca Municipal.

O Arquivo Municipal carece de instalações próprias. Desde a sua cria-

ção que esta questão se coloca. Foi pensada a sua instalação provisória, ainda em 1990, num edifício da Rua do Tourinho. Mas, a exiguidade do espaço levou ao abandono desta ideia. Em 1991 o executivo municipal empenhou-se na *aquisição da Quinta do Mirante, na cidade alargada a Areosa, para instalação do Arquivo Municipal*³². Todavia, os custos de aquisição do imóvel, bem como os de adaptação à função seriam extremamente onerosos para o Município. A breve prazo passará a dispôr de instalações próprias e autónomas na *Villa Rosa*, uma edificação estilo arte nova, situada na Avenida Rocha Páris³³.

O Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Viana do Castelo possui milhares de documentos. Actualmente, repartidos por cinco edifícios da Cidade, estão armazenados em cerca de 1500 metros lineares de prateleiras.

O questionário efectuado junto de todos os serviços municipais, de Dezembro do ano passado até finais de Março do corrente ano, permitiu-nos saber que se encontram cerca de 700 metros lineares de documentação aguardando espaço para serem incorporados.

O questionário referido visou um correcto diagnóstico da situação existente, para elaborarmos o projecto de reorganização, planeamento e gestão documental de todos os serviços municipais.

Verificamos que, salvo raríssimas excepções, os serviços não têm condições para assegurar a conservação da sua documentação, pretendendo fazer incorporações regulares. Além disso, foi manifestada a necessidade de ser ministrada formação adequada aos recursos humanos, tendo como objectivos a funcionalidade e eficácia dos arquivos correntes.

Também nos foi possível apurar que o crescimento anual da documentação nos diversos serviços municipais é superior a 120 metros lineares de prateleiras.

A solução global apresentada para uma real e eficiente política arquivística da Câmara Municipal de Viana do Castelo tem os seguintes objectivos:

- 1.º Assegurar uma efectiva e eficiente gestão documental, extensiva a todos os serviços municipais;
- 2.º Responder cabalmente às solicitações dos serviços municipais e de todos os utilizadores;
- 3.º Permitir o fácil e rápido acesso à documentação e à informação;
- 4.º Zelar pela protecção e preservação dos documentos;
- 5.º Evitar e suprimir a acumulação excessiva de documentação inútil,

- bem como disciplinar a reprodução injustificável da informação;
- 6.º Economizar e rentabilizar os **arquivos**, transformando a eliminação numa fonte de rendimentos³⁴;
- 7.º Dimensionar a circulação da documentação e regulamentar o acesso e fruição da mesma.

Assim, o Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Viana do Castelo compreende e unifica numa só estrutura o âmbito, funções e objectivos específicos dos vulgarmente chamados Arquivos Geral e Arquivo Histórico do Município, sendo, por isso, constituído pela documentação de natureza administrativa e histórica procedente dos diferentes serviços municipais e como consequência das atribuições genéricas de recolha, selecção, tratamento e difusão.

Constitui uma divisão própria, designada de Divisão Arquivo, e encontra-se na dependência directa do Presidente da Câmara. Esta importante unidade municipal, administrativa e cultural, contém sob sua responsabilidade, toda a documentação produzida e reunida pelos diferentes órgãos e serviços, independentemente do tipo de suporte ou formato, como resultado da actividade camarária e que conserva para servir de testemunho, prova ou informação.

Incorporará por compra, doação ou depósitos fundos arquivísticos de natureza diversa, em qualquer tipo de suporte ou formato, que a Câmara Municipal considere de revelante interesse para o concelho.

Esta realidade potencia no Arquivo Municipal a criação do Centro de Documentação da História Local, onde o tratamento integrado da informação, seja qual for o tipo de suporte ou formato, em parceria com a Biblioteca e o Museu será o objectivo imediato com vista à constituição de uma base de dados especializada.

O Arquivo Municipal é a memória e a experiência da administração local e é um agente indispensável de continuidade de acção e de preservação dos direitos municipais.

É a perpetuação da identidade local e o cerne da Vianidade!

Vianidade é crença no homem regional, é crença na nossa terra e na nossa gente, é crença na capacidade dos vianenses para que Viana se afirme como importante área de desenvolvimento, entre o porto de Vigo, a norte, e a cidade do Porto, a sul, no dealbar de um novo milénio³⁵.

Nesta Europa das Regiões, e sendo esta Cidade o pólo privilegiado de diálogo com a vizinha Galiza, desafiamos os presentes para que, em torno

dos seus municípios e da memória da história local, unam esforços para dar corpo a uma estreita cooperação técnico-arquivística e cultural com o país vizinho através da recém criada Arquibéria: Associação Ibérica para a Cooperação entre Arquivos.

NOTAS

1) **La Fonction Archives dans les Services Administratifs Publics et Privés**, 5.^a ed., Paris: Ministère de l'Economie et des Finances. Direction du Budget. Services Central d'Organisation et Méthodes (SCOM), 1982, p. 61.

2) **Ordenações Afonsinas, Livro IV, Título XXIII, I.**

3) Idem, 3.

4) **Ordenações Manuelinas, Livro I, Título XLVI, 15.**

5) Idem, 11.

6) Idem, ibidem.

7) **Ordenações Filipinas, Livro I, Título XLVI, 15.**

8) REIS, António Matos - **O Arquivo Histórico do Município de Viana do Castelo**, "Estudos Regionais", Viana do Castelo, n.º 6, Dezembro, p. 119.

9) 1262 - Troca com o Bispo de Tui para a fundação de Viana.
Pergaminhos, pasta n.º 2, doc. n.º 11.

10) 1437, Junho, 25, Lisboa - Treslado das Inquirições de 1258 referentes a Viana.

1437, Junho, 26, Lisboa - Treslado do foral que o rei D. Afonso III concedeu ao concelho de Viana.

Pergaminho, pasta n.º 2, doc. n.º 27.

11) MORATO, Francisco Manoel Trigoso d'Aragão - **Discurso Preliminar, e Introdução às Chronicas de Fernão Lopes**, Colecção de livros

inéditos de História Portuguesa, dos reinados de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1816, Tomo IV, p. IX.

12) MADAHIL, António Gomes da Rocha - **Registo Arquivístico duma nova certidão de Fernão Lopes**, de 1436, para a Ribeira Lima, Braga, Livraria Cruz, 1954, p. 77.

13) Idem, p. 6.

14) **Livro de Receita e Despesa**, 1572, folha 26 frente.

15) **Livro de Receita e despesa**, 1587, folha 40 verso.

16) Carta Régia, pasta n.º 5, n.º 53.

17) **Livro de Receita e Despesa**, 1617, folha 31 frente.

18) **Livro de Receita e Despesa**, 1590, folha 17 frente.

19) REIS, António Matos - ob. cit., p. 119.

20) Idem, ibidem.

21) Idem, ibidem, p. 119

22) Idem, ibidem, p. 120.

23) Idem, ibidem.

24) Idem, ibidem.

25) Idem, ibidem, p. 121.

26) BRÁSIO, António - **Arquivo Municipal de Viana do Castelo**, Roteiro dos Arquivos Municipais Portugueses, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, Vol. I, p. 95.

27) REIS, António Matos - ob. cit., p. 120

28) Idem, ibidem.

29) Idem, ibidem, p.s 123-129.

30) Idem, ibidem, p. 121.

31) GUERRA, Luis de Figueiredo da - **Índice dos pergaminhos do arquivo da câmara de Viana**, "Archivo Viannense" Vianna, Vol. I, 1895, ps 43-44 e 58-60.

32) **Plano de Actividades e Orçamento 1991**, Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 17.

33) **Plano de Actividades e Orçamentos 1993**, Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 18.

34) LIMA, Maria João Pires de - **O Arquivo Distrital do Porto - Balanço de 3 anos de trabalho. Reflexão sobre um caso**. Actas do 4.º Congresso Nacional BAD, 1.º Vol., Braga 4/6, Março, 1992, p. 177.

35) Palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Dr. Carlos Branco Morais, na sua tomada de posse em 2 de Janeiro de 1990, nos Antigos Paços do Concelho.